

*Superior Tribunal de Justiça*

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.812.557 - MG (2019/0127145-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO MOURA RIBEIRO**  
**RECORRENTE** : **MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA SA CREDITO FIN E INVEST**  
**ADVOGADOS** : **LUCAS LAENDER PESSOA DE MENDONCA E OUTRO(S) - MG129324**  
**RECORRIDO** : **SERGIO JORGE VIEIRA CAMPOS FILHO - MG137545**  
**ADVOGADOS** : **CLEONICE RODRIGUES VIANA**  
**ADVOGADOS** : **RÔMULO BRASIL DE AVELAR CAMPOS E OUTRO(S) - MG110880**  
**ADVOGADOS** : **GUSTAVO GUERRA CHAVES ANDRADE - MG120067**

## EMENTA

## DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. **RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC.** AÇÃO DECLARATÓRIA. INSCRIÇÃO INDEVIDA. CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSITIVO CONSTITUCIONAL. VIOLAÇÃO. INVIABILIDADE. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA Nº 283 DO STF. DANOS MORAIS. VALOR. REVISÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 7 DO STJ. RECURSO ESPECIAL NÃO CONHECIDO.

CLEONICE RODRIGUES VIANA (CLEONICE) ajuizou ação declaratória de inexistência de débito em desfavor de MERCANTIL DO BRASIL FINANCEIRA S.A. (BANCO), alegando que seu nome foi indevidamente incluído em cadastro de proteção ao crédito, não tendo contratado qualquer modalidade de empréstimo, pleiteando, ainda, indenização por danos morais.

A sentença julgou procedente o pedido, declarando a inexistência da dívida, determinando a imediata exclusão do nome de CLEONICE de cadastros de inadimplentes, além de condenar BANCO ao pagamento de indenização por danos morais no montante de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) (e-STJ, fls. 223/226).

Interposta apelação por BANCO, o Tribunal Mineiro negou-lhe provimento, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 327):

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO DECLARATÓRIA  
INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C INDENIZAÇÃO –

# Superior Tribunal de Justiça

*EMPRÉSTIMO BANCÁRIO – INCAPACIDADE – INTERDIÇÃO DECRETADA ANTERIORMENTE À ASSINATURA DO CONTRATO – NULIDADE DO NEGÓCIO JURÍDICO – INSCRIÇÃO INDEVIDA – DANOS MORAIS CONFIGURADOS – QUANTUM INDENIZATÓRIO – PARÂMETROS – PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE – RECURSO NÃO PROVIDO. - Por se tratar de pessoa absolutamente incapaz, interdita por meio de sentença judicial, é indispensável que os contratos por ela firmados sejam formalizados mediante representação da sua curadora, sob pena de nulidade do negócio jurídico, conforme preceitua artigo 166, I, do Código Civil. - Não tendo a instituição financeira desincumbido do seu ônus previsto no artigo 373, II, do CPC/75, deve responder pelos prejuízos decorrente da sua desídia, aí incluída a inscrição indevida do nome da recorrida nos cadastros restritivos de crédito, haja vista a constatação inequívoca de falha na prestação do serviço a atrair a responsabilidade objetiva do fornecedor. - O dever de indenizar decorre da própria inscrição indevida, prescindindo de comprovação do prejuízo. - Inexistindo parâmetros objetivos para a fixação da indenização por danos morais, deve o julgador observar a razoabilidade e a proporcionalidade, atentando para o seu caráter punitivo-educativo, e também amenizador do infortúnio causado.*

Inconformado, BANCO interpôs recurso especial com base no art. 105, III, *a e c*, da Constituição Federal, sustentando a ocorrência de violação dos arts. 5º, XXXV, LIV, LV, 93, IX, da Constituição Federal, 14, §§2º e 3º, do CDC, 884 do CC/02 e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (1) houve negativa de prestação jurisdicional; e (2) a inclusão do nome de CLEONICE em cadastro de proteção ao crédito decorreu de exercício regular de direito do BANCO, pois os empréstimos foram contratados por ela mediante uso do cartão e senha, tendo se beneficiado dos valores obtidos; e (3) o valor da indenização por danos morais implica enriquecimento ilícito, afigurando-se desproporcional.

CLEONICE não ofereceu contrarrazões.

Em juízo de admissibilidade, a vice-presidência do TJMG admitiu o apelo nobre.

O MPF opinou pelo não conhecimento do recurso (e-STJ, fls. 385/390).

É o relatório.

DECIDO.

O recurso não comporta acolhimento.

De plano, vale pontuar que o recurso ora em análise foi interposto na

# Superior Tribunal de Justiça

vigência do NCPC, razão pela qual devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma nele prevista, nos termos do Enunciado Administrativo nº 3 aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: *Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.*

## (1) Da negativa de prestação jurisdicional

Não é possível a análise de eventual ofensa a dispositivos da Constituição Federal, sob pena de usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.

A propósito, veja-se o precedente:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CIVIL E PROCESSUAL. VIOLAÇÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. DESCABIMENTO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. FUNDAMENTAÇÃO DEFICIENTE. SÚMULA Nº 284/STF. PREPARO. AUSÊNCIA DE RECOLHIMENTO. DESERÇÃO. SÚMULA Nº 187/STJ.*

*1. Compete ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, a análise da interpretação da legislação federal, motivo pelo qual se revela inviável discutir, nesta seara, a violação de dispositivos constitucionais, matéria afeta à competência do STF (art. 102, III, da Carta Magna).*

*2. Não viola o artigo 535 do Código de Processo Civil nem importa negativa de prestação jurisdicional o acórdão que adota, para a resolução da causa, fundamentação suficiente, porém diversa da pretendida pelo recorrente, para decidir de modo integral a controvérsia posta.*

*3. Incide, por analogia, a Súmula nº 284/STF quando o recorrente deixa de indicar o dispositivo de lei federal que teria sido violado pelo Tribunal de origem.*

*4. O recorrente deve comprovar, no momento da interposição do recurso especial, o pagamento das custas judiciais e do porte de remessa e retorno dos autos, sob pena de deserção, ainda que o recurso tenha por objeto a gratuidade da justiça, pois a concessão de tal benefício não tem efeito retroativo. Precedentes.*

*5. Agravo regimental não provido.*

*(AgRg no AREsp 803.183/MG, Rel. Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, Terceira Turma, j. em 5/4/2016, DJe 12/4/2016 - sem destaque no original)*

## (2) Da contratação dos empréstimos

BANCO alegou que atuou em exercício regular de direito, tendo em

# Superior Tribunal de Justiça

vista que os empréstimos foram efetivamente contratados por CLEONICE mediante uso do cartão e senha.

A esse respeito, o Tribunal Mineiro concluiu que CLEONICE fora interdita antes das datas dos contratos, de maneira que sua incapacidade ensejou a nulidade dos negócios jurídicos. Vejamos:

*Todavia, tais documentos não são hábeis a comprovar a contratação válida do empréstimo por parte da requerente, uma vez que, por se tratar de pessoa absolutamente incapaz, interdita por meio de sentença judicial, seria indispensável que o contrato estivesse formalizado mediante representação da sua curadora, sob pena de nulidade do negócio jurídico, conforme preceitua artigo 166, I, do Código Civil (...)*

*Nesse contexto, conclui-se que o negócio jurídico objeto do litígio foi firmado por pessoa incapaz e, portanto, é nulo de pleno direito, por ausência de um dos requisitos previstos no artigo 104, do Código Civil (e-STJ, fls. 333/334).*

Verifica-se que o fundamento acima destacado não foi impugnado de forma específica nas razões do recurso especial, a atrair a incidência da Súmula nº 283 do STF, por analogia.

### **(3) Do valor indenizatório**

Na linha dos precedentes desta Corte, o valor fixado a título de compensação por danos morais somente pode ser reduzido quando manifestamente abusivo ou irrisório.

Nesse sentido, confirmam-se os seguintes julgados:

**AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C COM DANOS MORAIS. INSCRIÇÃO INDEVIDA EM CADASTRO DE RESTRIÇÃO AO CRÉDITO. ATO ILÍCITO. DANO MORAL IN RE IPSA. SÚMULA 83/STJ. VALOR DA CONDENAÇÃO. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO IMPROVIDO.**

*1. Tendo o acórdão recorrido decidido em consonância com a jurisprudência desta Casa, incide, na hipótese, o enunciado n. 83 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça, que abrange os recursos especiais interpostos com amparo nas alíneas a e/ou c do permissivo constitucional. Precedentes. 2. O acolhimento da tese (inexistência de ato ilícito e valor exorbitante da condenação) exigiria rever as conclusões alcançadas pelo Tribunal de origem, o que é inviável em recurso especial, por*

# Superior Tribunal de Justiça

*implicar reexame das provas contidas nos autos. Incidência da Súmula n. 7 do STJ. 3. É inviável o conhecimento do dissídio jurisprudencial quando a questão foi decidida com base nas peculiaridades fáticas dos casos, a justificar a incidência da Súmula 7/STJ.*

*4. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 1.392.452/SC, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Terceira Turma, j. em 08/04/2019, DJe 10/04/2019)

*CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DANOS MORAIS. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA N. 7/STJ. DECISÃO MANTIDA.*

*[...]*

*2. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do referido óbice, para possibilitar a revisão. No caso, o valor estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra excessivo, a justificar a reavaliação, em recurso especial, da verba indenizatória fixada.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento.*

(AgInt no AREsp 785.643/SP, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, Quarta Turma, DJe 6/9/2016 - sem destaque no original)

No caso dos autos, considerando as peculiaridades do caso concreto, em que BANCO teria inscrito indevidamente o nome de CLEONICE em cadastro de inadimplentes, com fundamento em contratos nulos em decorrência da interdição da correntista, não se mostra exorbitante o valor da indenização mantido pelo Tribunal Mineiro em R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Nessas condições, **NÃO CONHEÇO** do recurso especial.

**MAJORO** em 5% os honorários advocatícios anteriormente fixados em desfavor de BANCO, nos termos do art. 85, § 11 do NCPC, observado, se o caso, o art. 98, § 3º do NCPC.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 08 de outubro de 2019.

MINISTRO MOURA RIBEIRO

Relator

